

DEFENSORIA DA BAHIA

NECESSIDADE URGENTE DE NOVOS SERVIDORES



Segundo Laura Fagury, déficit afeta de forma drástica a população e o trabalho dos defensores públicos

FERNANDA CARREIRA

A Defensoria Pública da Bahia vive uma situação crítica, não só pela falta de estrutura de trabalho, mas também pelo número insuficiente de defensores para atender à demanda da sociedade, além do orçamento previsto para 2008 ser bastante inferior ao necessário para dar condições mínimas de atuação.

A paralisação da categoria, no início do mês, segundo a presidente da Associação dos Defensores Públicos da Bahia (Adep/BA), Laura Fabiola Amaral Fagury, foi justamente para chamar a atenção da sociedade para esses problemas.

A Adep/BA criou o "Movimento pelo Fortalecimento para da Defensoria Pública para Garantir a Cidadania", para ressaltar também as dificuldades enfrentadas pelos defensores do interior do estado, além de lutar por melhores salários. Hoje, um defensor da Bahia ganha R\$3.401,69, rendimento muito abaixo dos do juiz ou promotor do estado, que é de R\$13.000.

dições de marcar dias específicos para atendimento, petições e audiências extrajudiciais. Do contrário, fazemos malabarismos, estamos na audiência, corremos para fazer o atendimento, e logo em seguida retornamos para dar continuidade às audiências, e às vezes temos que peticionar em casa, no horário que seria de descanso.

EXISTE PROPORÇÃO IDEAL DE NÚMEROS DE PROCESSO POR DEFENSOR?
Apriori não, desde que sejam dadas ao defensor público condições de trabalho adequado e ambiente de trabalho salubre. Defendemos que o número de defensores públicos seja proporcional ao de promotores e juízes, se isso ocorresse já começaríamos a caminhar para a proporção ideal, pois se são colocados dois juízes em varas de família, proporcionalmente deveria ter também dois defensores públicos.

EXISTE PROGRESSÃO INTERNA NA CARREIRA DE DEFENSOR?

QUANDO FOI REALIZADO O ÚLTIMO CONCURSO PARA DEFENSORIAS VAGAS E QUANTOS FORAM CONVOCADOS?

A Defensoria da Bahia vem sendo vítima da evasão real, total desestímulo à carreira. O último foi realizado em 2005, seis anos sem concurso, onde o edital disponibilizava 50 vagas. DPE/BA nomeou os 50 candidatos, e muitos já pediram exoneração ou pediram final de lista. Com isto foi nomeado o candidato de nº 61. Na última publicação agora em setembro, foram nomeados mais 14 candidatos. Vale frisar que o salário dos defensores públicos da Bahia precisa urgentemente ser adequados de acordo com os ditames da Constituição Federal, pois muitos colegas estão em outra instituição para serem juízes e promotores em outros estados, o que importa a distância e sim o reconhecimento à carreira.

A DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO ESTÁ REALIZANDO CONCURSO?

RIGIDA - COMO ESTÁ O QUADRO DE PESSOAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO? QUANTOS DEFENSORES? HÁ DÉFICIT?

Liola Fagury - O quadro da DPE-BA está totalmente defasado. A Lei Orgânica da Defensoria Pública nº 26/06 prevê 583 defensores sendo 163 para a 1ª Classe; 140 para a 2ª Classe; 140 para a 3ª Classe; 120 para Especial (capital) e 20 para a Instância Superior. Atualmente temos 147 defensores, 86 lotados na capital e 61 no interior. Recentemente foram nomeados 10 defensores públicos, o que totaliza 161, ficando um déficit de 422.

DEFENSORES LOTADOS NA DEFENSORIA PÚBLICA? QUANTOS DEFENSORES EM DIFERENTES SETORES?

Liola Fagury - A Bahia só tem conhecimento de que temos 10 defensores lotados, na DPE-BA só em serviços de vigilância. Na maioria das vezes, os demais são pessoas que estão em licença ou em disposição oriundos de órgãos estatais e cargos de confiança. Há necessidade de servidores de carreira na DPE, e estamos trabalhando para breve, no máximo para o primeiro semestre de 2008, a realização do concurso para servidores.

QUAL O IMPACTO DO DÉFICIT AFETA A POPULAÇÃO E O ANDAMENTO DO TRABALHO JURÍDICO? QUAIS SÃO AS MEDIDAS EFETIVAS PARA EVITAR UM QUANTO ÀS NECESSIDADES DA DEFENSORIA PÚBLICA?

Liola Fagury - O déficit afeta de forma drástica a população e o trabalho dos defensores públicos, que estão sobrecarregados com o acúmulo de processos. Recentemente o Poder Judiciário e o Ministério Público tentaram colocar dois juízes e dois promotores em cartórios de 1ª e 2ª entrância, pretendem estender esta situação para os demais cartórios. Já se concluiu que um defensor não dará conta da demanda. O atraso não apenas na prestação do serviço, mas também o stress físico e mental. Para evitar a crise e o atendimento da demanda, é necessário o fortalecimento do estado dentro do orçamento no mesmo patamar do Estado. Acusação, defesa, este orçamento poderemos incrementar a estrutura de trabalho adequada (falta estrutura de trabalho, principalmente para o interior), implantação do subteto (evitando a evasão), realização de candidaturas no último concurso e realização de concurso público para mais defensores e servidores. Além disso, a necessidade de se alterar a Lei Orgânica da DPE para oferecer o mesmo patamar da magistratura e do MP, onde tiver um juiz é um promotor deverá ter também um defensor. O orçamento destinado a DPE para 2008 é de 42 milhões e o MP é de 265 milhões, aproximadamente 16% do que recebe o acusador, ou seja, uma vergonha. Hoje em dia, qual é a situação dos processos com que trabalha um defensor na Bahia? Na maioria das vezes, a família somos responsáveis por aproximadamente 90% dos processos em tramitação, nas varas criminais 80% e nas cíveis podemos aferir com muita precisão, mas acredito que o acesso às varas de famílias, aproximadamente entre 10.000

“Há necessidade de se alterar a Lei Orgânica da DPE para oferecer um número de defensores no mesmo patamar da magistratura e do MP.”

EXISTE PROGRESSÃO INTERNA NA CARREIRA DE DEFENSOR? Sim é uma carreira, e, portanto há a possibilidade de promoção para as classes superiores. Ingressamos na 1ª Classe e após o estágio probatório de três anos, temos condições de concorrer a promoção por merecimento e/ou antiguidade e assim, avançar profissionalmente, até a Instância Superior que é o Tribunal. Quando ingressamos na carreira, somos nomeados para comarcas de 1ª entrância, o equivalente a 1ª Classe, com uma população menor, mais não menos importante do que as demais, pois é o mesmo cidadão que paga seus impostos. Assim, reafirmo que todas as comarcas são importantes, e deve ter um defensor público para garantir o acesso do cidadão carente a justiça.

COMO ESTÁ A QUESTÃO SALARIAL DOS DEFENSORES? SÃO OFERECIDOS BENEFÍCIOS AOS FUNCIONÁRIOS DA DEFENSORIA?

Ossalários dos defensores públicos estão defasados e aquém das disposições constitucionais, que prevê que nosso subteto deve ser o mesmo garantido aos juizes e promotores, cujos salários iniciais são de R\$13.000 e os defensores públicos o salário inicial é de R\$3.401,69. Além do salário, recebemos a gratificação pelo acúmulo de funções, ou seja, 1/3, e uma gratificação especial de produtividade, além de periculosidade e insalubridade para alguns defensores que trabalham nos presídios. Esta distorção salarial é a principal causa da evasão. As gratificações são uma maneira de burlar o ganho dos aposentados, que sofrem com esta diferenciação. A gratificação de produtividade está sendo extinta, pois foi comprovada que ela é totalmente improdutiva e promove apenas a má qualidade de serviço. Em relação à gratificação de acúmulo, ela só prejudica a saúde física e mental dos defensores que estão sendo obrigados a suprir as omissões do estado. Além do mais todas as gratificações são inconstitucionais, pois devemos ganhar subsídio com subteto no mesmo patamar das carreiras jurídicas essenciais a função jurisdicional do estado.

QUAIS AS PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES DA CATEGORIA?

Aprimordial é o orçamento digno que contemple as necessidades da Defensoria Pública e do cidadão. O ideal é que percebamos o mesmo valor destinado ao MP, ou seja, aproximadamente 265 milhões. Com o orçamento equilibrado podemos conquistar estrutura de trabalho adequada, implantação de subteto (principal causa da evasão), nomeação de mais candidatos, realização de concurso público para defensores e servidores, capacitação dos defensores públicos em curso de mestrado e doutorado, etc.

COMO ESTÁ ESSA ÁREA DE APOIO NA DEFENSORIA PÚBLICA?

A DPE da União não caminha ao lado da DPE dos estados, pois a matéria que cuidamos não é a mesma, apesar de os colegas do interior serem responsáveis pelo atendimento de ações na área federal e que deveriam ganhar pelo trabalho, a exemplo do que ocorre com os juí-

“Os salários dos defensores públicos estão defasados e aquém das disposições constitucionais.”

A DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO ESTÁ REALIZANDO CONCURSO PARA 71 DEFENSORES. QUAL A IMPORTÂNCIA DESSE CONCURSO? A realização de concurso público sempre será aplaudida pela sociedade em geral, mas, este concurso tem uma importância vital para os cidadãos e para a Defensoria Pública dos Estados, pois o cidadão terá um profissional específico para dar acesso à justiça nos assuntos pertinentes à legislação federal, e com isto, o Defensor Público Estadual, que trabalha nas Comarcas onde não têm o Defensor Público da União, deixará de fazer a área federal dedicando-se com exclusividade a área de sua competência, e, portanto, prestando o serviço para o cidadão em relação a matéria da justiça estadual.

COMO ESTÁ A ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA NO INTERIOR?

Toda a Bahia é prejudicada pela falta de defensores públicos em número condizente com a demanda. Porém, a realidade do interior ainda é mais caótica, pois das seis regionais, apenas três foram instaladas e ainda não estão com as instalações condignas. Das 270 comarcas, apenas 28 estão com defensores públicos. Os colegas que trabalham nas comarcas do interior infelizmente estão vulneráveis, pois muitos são esquecidos, em suas demandas, já que não se tem recursos orçamentários para garantir um trabalho com mais qualidade. Cada defensor no interior representa a própria instituição, e sem os recursos, a situação fica insustentável. Todas as comarcas de 1ª e 2ª entrância estão sem defensor público, fato que causa preocupação, pois como comeci minhas atribuições nas comarcas de interior, posso analisar. O que aconteceu com os processos que ajuzei através da DPE/BA e que por falta de orçamento não se pode nomear e colocar os defensores públicos para estas comarcas dando prioridades ao grandes pólos devido a demanda reprimida. Mas o cidadão de uma comarca de 1ª entrância deve ter o mesmo tratamento do cidadão da comarca de 3ª entrância e especial, pois a Constituição Federal assegura o acesso à justiça e não exclui ninguém deste processo. É necessário refletir a quem interessa o enfraquecimento da Defensoria Pública, daí a razão da ADEP/BA lançar a Campanha de Valorização da Defensoria Pública para garantir a cidadania.

COMO ESTÁ A ROTINA DO DEFENSOR PÚBLICO NO INTERIOR?

Os defensores públicos em sua maioria são profissionais vocacionados, e os que não são, se apaixonam pela carreira e pelo múnus. A carreira é belíssima, pois incluir os excluídos é uma tarefa árdua e sem muitos aliados. Os defensores públicos do interior atuam com toda sua capacidade física e mental tentando suprir as lacunas do Estado, e, por extrema dedicação, são capazes de dar sua contribuição financeira oriunda de recurso do seu próprio trabalho para não deixar morrer o sonho da liberdade. Os defensores públicos são verdadeiros baluartes e merecem nosso profundo respeito e admiração.

O PROJETO DE LEI QUE INCORPORA A GRATIFICAÇÃO ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE (GEP) JÁ FOI PARA A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA?

O projeto foi enviado no dia 18 de setembro pela defensora pública geral, que conquistou a legitimidade de propor diretamente para

passaram a colocar dois juizes e dois promotores em cartórios de família e pretendem estender esta situação para os demais cartórios, donde se conclui que um defensor não dará conta da demanda. O que acarretará não apenas na dificuldade de prestação do serviço, mas também o stress físico e mental. Para evitar a crise e o atendimento a demanda, é necessário o fortalecimento do estado defensor com orçamento no mesmo patamar do Estado Acusação, pois com este orçamento poderemos incrementar a estrutura de trabalho adequada (falta estrutura de trabalho, principalmente para os colegas do interior), implantação do subteto (evitando a evasão), nomeação de candidatos aprovados no último concurso e realização de concurso público para mais defensores e servidores. Além da necessidade de se alterar a Lei Orgânica da DPE para oferecer um número de defensores no mesmo patamar da magistratura e do MP, pois onde tiver um juiz é um promotor deverá ter também um defensor. O orçamento destinado a DPE para 2008 é de 42 milhões e para o MP é de 265 milhões, aproximadamente 16% do que recebe o estado acusador, ou seja, uma vergonha. Hoje em dia, qual é a média de processos com que trabalha um defensor na Bahia? Na varas de família somos responsáveis por aproximadamente 90% dos processos em tramitação, nas varas criminais 80% e nas cíveis 70%. Não podemos aferir com muita precisão, mas acredito que em relação às varas de famílias, aproximadamente entre 10.000 processos são de nossa responsabilidade.

NA SUA OPINIÃO, QUAL SERIA O EFETIVO IDEAL DE DEFENSORES PÚBLICOS NA BAHIA?

O mesmo número dos quadros de juizes e promotores, que sempre garantirá a aferição da balança da Justiça. Entretanto, como os dados não estão atualizados nos respectivos sites e sabemos que em breve será realizado concurso para a magistratura e para o MP, acreditamos que o número próximo do ideal seria de 700 defensores públicos para a Bahia.

COMO É A ROTINA DE TRABALHO DE UM DEFENSOR PÚBLICO?

O defensor atende partes, faz petição e realiza audiências judiciais e extrajudiciais. A demanda é muito grande, temos tentado sensibilizar os juizes para programar as audiências da DPE em dias fixos, como forma de possibilitar uma qualidade de atendimento, mas ainda não conseguimos em todas as varas. Por exemplo, em Família, estamos sensibilizando os juizes a destinarem dois dias da semana para as audiências da DPE, o que não impede que casos urgentes sejam designados para dias não fixados. Com este procedimento temos con-

judica a saúde física e mental que estão sendo obrigados a suprir as omissões do estado. Além do mais todas as gratificações são inconstitucionais, pois devemos ganhar subsídio com subteto no mesmo patamar das carreiras jurídicas essenciais a função jurisdicional do estado.

QUAIS AS PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES DA CATEGORIA?

Aprimordial é o orçamento digno que contemple as necessidades da Defensoria Pública e do cidadão. O ideal é que percebamos o mesmo valor destinado ao MP, ou seja, aproximadamente 265 milhões. Com o orçamento equilibrado podemos conquistar estrutura de trabalho adequada, implantação de subteto (principal causa da evasão), nomeação de mais candidatos, realização de concurso público para defensores e servidores, capacitação dos defensores públicos em curso de mestrado e doutorado, etc.

COMO ESTÁ ESSA ÁREA DE APOIO NA DEFENSORIA PÚBLICA?

A DPE da União não caminha ao lado da DPE dos estados, pois a matéria que cuidamos não é a mesma, apesar de os colegas do interior serem responsáveis pelo atendimento de ações na área federal e que deveriam ganhar pelo trabalho, a exemplo do que ocorre com os juizes na área eleitoral. Trabalhos muito para não deixar o cidadão em uma situação mais critica, entretanto, falta sensibilidade dos governantes para a necessidade do fortalecimento do Estado Defensor.

FOI SOLICITADO CONCURSO PÚBLICO? QUANTAS VAGAS? PARA QUAIS CARGOS?

A defensora pública geral colocou no PPA a realização de concurso público para servidores e defensores públicos. A Lei Complementar 26/06 (Lei Orgânica da Defensoria Pública) criou, no Art. 271, as carreiras de Assistente Técnico Administrativo e Analista Técnico, prevendo um prazo de 180 dias para o ingresso, e esse prazo venceu em 28 de dezembro de 2006. Como ainda não foi contemplado um orçamento que garanta a implementação da Autonomia da DPE/BA, que ainda é vista como um simples órgão da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (da qual nos desvinculamos em junho de 2006, quando conquistamos a autonomia), é impossível a realização de concurso sem o orçamento devido. O referido artigo prevê 50 vagas para o cargo de Assistente Técnico Administrativo e 37 para Analista técnico, sendo que ambas divididas em cinco classes. Além disso, temos como mencionado anteriormente 422 vagas de defensores.

entrância e especial, pois a Constituição Federal assegura a justiça e não exclui ninguém deste processo. É necessário refletir interessa o enfraquecimento da Defensoria Pública, daí a razão da BAlança Campanha de Valorização da Defensoria Pública para a cidadania.

“Os salários dos defensores públicos estão defasados e aquém das disposições constitucionais.”

COMO ESTÁ A ROTINA DO DEFENSOR PÚBLICO DO INTERIOR?

Os defensores públicos em sua maioria são profissionais vocacionados, e os que não são, entram na carreira e pelo múnus. A carreira é maravilhosa, pois incluir os excluídos é um

trabalho árduo e sem muitos aliados. Os defensores públicos do interior trabalham com toda sua capacidade física e mental tentando suprir a lacuna do Estado, e, por extrema dedicação, são capazes de dar sua contribuição financeira oriunda de recurso do seu próprio trabalho para não morrer o sonho da liberdade. Os defensores públicos são verdadeiros baluartes e merecem nosso profundo respeito e admiração.

O PROJETO DE LEI QUE INCORPORA A GRATIFICAÇÃO ESPECIAL DE PROFISSIONALIDADE (GEP) JÁ FOI PARA A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA?

O projeto foi enviado no dia 18 de setembro pela defensora pública geral, que conquistou a legitimidade de propor diretamente ao Legislativo a iniciativa de lei em relação a remuneração. Este projeto não é o da categoria. O nosso tramita junto ao governo em dezembro de 2006, que é a implantação do subsídio com estrutura escalonada em um ano. A incorporação da GEP foi uma proposta do governo para 2007, que teve o aval da categoria. Seguiu-se a proposta do governo para 2007, que teve o aval da categoria seguida, após o aval, o governo voltou atrás e modificou o projeto que não era de conhecimento da categoria, fato que ensejou a paralisação de três dias, quando tomamos conhecimento do projeto e deliberamos pelo encaminhamento e pela suspensão da paralisação, mantendo o Estado de Vigília e o “Movimento de Fortalecimento para a Defensoria Pública para garantir a categoria”. O teor do projeto não agrada a categoria por não fazer distinção com os aposentados e ainda se confronta com a necessidade de implantar o subsídio. Porém, como a defensora pública geral conseguiu que ainda este ano, encaminhará os valores oriundos da incorporação da GEP e da criação de uma gratificação para a categoria e fazer as adequações no projeto de subsídio e subteto que tratamos por bem unir forças para a implementação da autonomia e do projeto da categoria.

PREPARE-SE PARA MUDAR DE VIDA.

salário de

R\$ 10.200,00

Curso de Auditor Fiscal da Receita

• Turmas início em Outubro.

• Duração 09 meses.



CURSOS

AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL

ANALISTA DO TRT-BA

NÍVEL

SUPERIOR

SUPERIOR

INÍCIO

25/10/2007

09/10/2007



13/09/2007

Defensores mantêm a paralisação

AMÉLIA VIEIRA

avieira@grupoatarde.com.br

Quem precisa dos serviços da Defensoria Pública do Estado da Bahia vai ter de esperar mais um pouco para conseguir atendimento. Os defensores permanecem com as atividades paradas, enquanto aguardam o novo projeto de lei que incorpora a gratificação especial de produtividade (GEP), prometido pelo governo do Estado para ser enviado hoje à Assembléia Legislativa da Bahia.

A decisão de manter a paralisação, iniciada ontem e prevista inicialmente para durar 24 horas, foi tomada à tarde em reunião nas dependências da Assembléia Legislativa, onde a categoria foi recebida pelo presidente, o deputado Marcelo Nilo (PSDB). Hoje, ao tomar conhecimento do teor do documento que estabelece a GEP, os defensores vão decidir se aceitam a proposta do governo ou se entram em greve por tempo indeterminado.

A mobilização é uma forma de chamar a atenção da sociedade para a grave situação



Muitos procuraram os serviços da Defensoria, mas tiveram que se contentar em remarcar o atendimento

enfrentada pela categoria: falta estrutura de trabalho, a quantidade de defensores é insuficiente para atender à demanda da sociedade e o orçamento previsto para 2008 é bastante inferior ao necessário para dar as condições mínimas de trabalho.

“Essa mobilização é para

fortalecer a Defensoria Pública para garantir cidadania e orçamento suplementar”, afirma Laura Fabíola Amaral Fagury, presidente da Associação dos Defensores Públicos da Bahia (Adeb). O orçamento de 2007 foi de R\$ 27 milhões, o que exigiu uma suplementação de mais R\$ 10 milhões para poder

incorporar ao quadro 50 novos defensores aprovados no concurso público realizado ano passado. Para 2008, a previsão orçamentária é de R\$ 42 milhões. “Não atende aos nossos custos nem dá para convocar os outros 100 concursados que estão na lista de espera”, destaca Laura Fabíola.

REFLEXOS – As dificuldades enfrentadas pelos defensores públicos baianos repercutem diretamente no cotidiano da população mais carente, que necessita desse serviço jurídico para resolver seus problemas.

Em 18 de abril de 2005, Antônio Feliciano dos Santos, 63 anos, deu entrada em uma ação de divórcio litigioso. Até hoje, ele luta para ter a primeira audiência. Na segunda-feira, ele saiu de Plataforma, bairro do subúrbio onde mora, e foi ao Fórum Ruy Barbosa, no Campo da Pólvora.

Lá, foi informado na Defensoria Pública de que era necessário ele conseguir o atual endereço da sua mulher, para que ela possa ser citada. A recomendação foi para que ele retornasse com a informação no dia seguinte. Quando voltou, ontem, e se deparou com a paralisação, sua indignação foi tamanha que ele começou a gritar pelos corredores, precisando ser acalmado pelos serventuários. “Já estive aqui mais de cem vezes”, bradava, sem saber a quem apelar.

Colaborou Luísa Torreão